

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EMENDA SUBSTITUTIVA AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI N.º 46, DE 2003

(Apensados os Projetos de Lei n.ºs 356 E 403, DE 2003)

Altera o Decreto-Lei N.º 73, de 21 de novembro de 1966, fixando o prazo máximo para pagamento de indenização de sinistros por parte das sociedades seguradoras e estabelecendo a multa aplicável no caso de seu descumprimento e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12

§ 1º. *Deverão ser especificados nos contratos de seguros os procedimentos para a liquidação de sinistro, inclusive os documentos comprobatórios dos fatos e dos danos, orçamentos para reparação ou reconstrução, boletins de ocorrência, laudos necessários à análise e à regulação do sinistro, facultado-se à seguradora, no caso de dúvidas fundadas e justificadas, a solicitação de outros documentos a serem apresentados dentro do prazo estipulado para pagamento da indenização.*

§ 2º. Será **interrompida** a contagem do prazo para pagamento da indenização a partir da formal solicitação da **prova** complementar ao segurado, de acordo com o parágrafo anterior, sendo iniciada a partir do primeiro dia útil

subseqüente à entrega da documentação pertinente.

§ 3º. Qualquer indenização decorrente de contrato de seguros dependerá de prova de pagamento do prêmio devido, antes da ocorrência do sinistro, e deverá ser paga nos prazos seguintes:

*I – nos seguros de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, de que trata a alínea “I” do art. 20, com a redação dada pela Lei nº 8.374, de 1991, até **30 (trinta) dias**, contados da data do cumprimento, pelo segurado, das exigências legais para pagamento do sinistro;*

II – nos demais seguros, até 60 (sessenta) dias em face da comprovada complexidade de apuração, contados da data de cumprimento, pelo segurado, das exigências estipuladas no contrato de seguro respectivo.

*§ 4º. **suprimido***

§ 5º. Caso o prêmio tenha sido fracionado, e na hipótese de perda total, real ou construtiva, as prestações vinculadas serão exigíveis por ocasião do pagamento da indenização.

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Sala das Comissões, em de de 2007.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda substitutiva que busca aprimorar a redação proposta pelo nobre deputado Marcelo Guimarães Filho em seu substitutivo. Em relação ao inciso I que trata do novo texto sobre o pagamento nos seguros de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, de que trata a alínea “I” do artigo 20, com a redação dada pela Lei

8.374, de 1991, a nova redação proposta apenas adequa o texto à Medida Provisória 340/2006 que trouxe em seu texto o prazo de trinta dias.

Sobre a previsão de suspensão de que trata o § 2º, a mudança da nomenclatura de suspensão para interrupção, é mais precisa, pois este instituto mais se adequa à cotagem do prazo para pagamento de seguro. A mera suspensão significará que o prazo passará a contar de onde ele parou, enquanto que no caso da interrupção o prazo será reiniciado. É importante lembrar que se um documento foi solicitado é porque algo não estava normal no processo da regulação do sinistro, assim o reinício da contagem permitirá uma análise com mais cuidado e precisão evitando-se desta forma possíveis fraudes que poderiam ocorrer se houvesse uma análise com prazos reduzidos. É importante ter em mente que se trata de prazo máximo, em muitos casos a liquidação do sinistro ocorrerá antes do prazo final, desde que sejam respeitadas as condições impostas pela Lei e pelo contrato.

A emenda retira, ainda, a previsão da multa a que se refere o § 4º. Referida multa é uma inovação no campo do seguro, pois a fixação do prêmio obedece a critérios atuariais fixos dentro de cada carteira de seguro, assim, a criação da figura da multa poderá criar um novo risco para às carteiras no que diz respeito à não observância dos cálculos atuariais iniciais quando da fixação dos prêmios. Não há em qualquer lugar do mundo legislação que inclua multa por atraso no pagamento do sinistro, o que mais se adequa ao instituto do seguro é a correção monetária.

Deputado **Maurício Trindade**